



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**  
**CONSELHO DELIBERATIVO DO SERGIPEPREVIDÊNCIA**

Página:1 de 5

Ata da Centésima Sexagésima Terceira Reunião do  
Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência  
dos Servidores do Estado de Sergipe –  
SERGIPEPREVIDÊNCIA.

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às 9h, em plataforma virtual mediante videoconferência, reuniu-se, em Reunião Ordinária, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – SERGIPEPREVIDÊNCIA, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1- Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2- Aprovação dos balancetes do mês de setembro/2020; 3 – Comportamento da arrecadação e das despesas previdenciárias após a aprovação da reforma; 4 – O impacto da Covid-19 na concessão de novas pensões e 5 - O que ocorrer. Aberta a reunião pela Presidente do Conselho e Vice-Governadora, foram saudados os conselheiros presentes. Indagados sobre a existência de alguma alteração à ata da 162ª Reunião, não houve apontamentos por parte dos conselheiros e aprovada por unanimidade. Na sequência, foi abordado o item 2 da pauta – Aprovação dos Balancetes do mês de setembro/2020. Sobre o tema, o Conselheiro José Roberto solicitou que a contadora, a Sra. Roberta Freitas, prosseguisse com a apresentação. De acordo com as informações dos resultados apresentados (receitas e despesas), o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Sergipe – FINANPREV apresentou deficit no valor de R\$ (24.154.411, 31) e a Unidade Gestora – SERGIPEPREVIDÊNCIA no valor de R\$ (530.453,06). Referente ao balancete do FINANPREV, a contadora ressaltou que o aumento da folha é devido ao pagamento do 13º dentro no exercício. Após discussões os conselheiros aprovaram os balancetes contábeis do FINANPREV e da Unidade Gestora – SERGIPEPREVIDÊNCIA. Em seguida passou-se para o item 3 da pauta – Comportamento da arrecadação e das despesas previdenciárias após a aprovação da reforma. O Diretor-Presidente do Sergipeprevidência informou que após os ajustes realizados com as legislações aprovadas no ano passado as receitas foram evoluindo com o tempo. No geral a evolução do total da arrecadação tanto por parte dos ativos 14% e patronal 28% e os inativos 14% sob o que excede o salário-mínimo. Em geral esta evolução foi em torno de R\$17 milhões com incremento na receita na ordem de R\$ 140 milhões. Frisou que graças ao esforço da equipe econômica do governo o 13º será paga no ano e destacou que o objetivo do governador é regularizar o pagamento dos inativos, pensionistas e ativos no mês. O Diretor apresentou aos conselheiros um comparativo da arrecadação 2019/2020 dos poderes executivo civil, legislativo, judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e Militares, após alteração da alíquota e implantação do sistema de proteção social. Referente ao poder executivo destacou que é o poder que mais contribui e que a arrecadação é em torno 50 de 51 milhões. Comparado ao ano passado, houve um incremento de R\$ 13 milhões. No tocante aos demais poderes, enfatizou que realizam mensalmente a cobrança para os órgãos com deficit. A arrecadação do TJ/SE é um caso de que com o aumento da alíquota mudou a situação, já que



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**  
**CONSELHO DELIBERATIVO DO SERGIPEPREVIDÊNCIA**

Página:2 de 5

este órgão sempre foi deficitário. Em relação a arrecadação da Assembleia Legislativa, houve um crescimento, mas continua deficitária. O Tribunal de Contas também continua deficitário. O Ministério Público já era superavitário e se tornou ainda mais. O MP/SE e o TJ/SE contribuíram de certa forma pela redução do aporte do governo no FINANPREV. A Defensoria é citada como poder, porque ela tem autonomia orçamentaria, por ter uma folha própria e paga o deficit. Passou o ano 2019 sendo superavitária, mas com o crescimento de aposentadorias dos defensores, ela passou a ser deficitária em meados de 2020. Com relação aos militares, os mesmos não fazem mais parte da previdência. Desde janeiro de 2020, o Estado não faz mais a contribuição patronal dos militares. Desta forma, a arrecadação 2019 é maior do que 2020, não necessariamente porque diminuiu a arrecadação, mas porque o Estado não paga mais a contribuição patronal. Se o Estado pagasse, estaria com uma arrecadação semelhante à de 2019. Frisou que apesar do aumento da contribuição previdenciária dos ativos, inativos e pensionistas, há compensações como a regularidade do pagamento do 13º salário. No item 4 - Evolução das Pensões, o presidente informou que neste ano aumentou o número de concessões de pensão em relação ao ano anterior. A partir de junho/2020 ocorreu um crescimento e que poderia estar relacionada com a COVID-19 afetando o sistema de previdência. Explicou aos conselheiros que a implantação ocorre quando o benefício é efetivado em folha de pagamento, não necessariamente quando ocorre o óbito, normalmente o óbito ocorre no período médio de dois meses. Citou como exemplo o mês de outubro/2020 para destacar a causa das mortes, pois foi o mês com mais implantações. Observa-se que a COVID-19 teve um número significativo e quase metade dos registros de óbito consta em decorrência do vírus ou insuficiência respiratória. A presidente do conselho destacou que a discussão tem total relação com a pandemia, já que o maior pico do Estado foi em julho. Ressaltou a importância de intensificar os cuidados e solicitou o apoio do conselheiro e secretário da SEAD para reforçar internamente com os órgãos do Estado, pois o número de servidores contaminados tem aumentado cada vez mais. O Diretor José Roberto comunicou que no Instituto de 64 servidores, 25% já foram contaminados, mas com sintomas leves e outros assintomáticos. Acrescentou que o Instituto vem avançando para que os procedimentos prestados aos segurados sejam virtuais. **O que ocorrer:** O Diretor José Roberto Comunicou que a prestação de contas do Instituto do ano 2015 a 2018 já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Restando apenas a do ano 2019 e que o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP foi renovado até maio/2020. O conselheiro George da Trindade questionou ao Diretor quais eram as pendências. José Roberto informou que existem duas: A primeira é a transferência dos fundos. Explicou que entende que já esteja resolvida, pois o FUNPREV já foi extinto. A segunda é com relação a extinção da segregação de massa com a extinção do FUNPREV. Ressaltou que já estão em contato com a Secretária de Previdência e que é uma das metas para regularizar em 2021. Nada havendo mais a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião e para constar, eu, Patrícia Góis Costa de Santana, Secretária do CD, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, vai pela Presidente, pelos Conselheiros presentes e por mim, devidamente assinada.



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**  
**CONSELHO DELIBERATIVO DO SERGIPEPREVIDÊNCIA**

Página:3 de 5

**ELIANE AQUINO CUSTÓDIO**  
Presidente

**JOSE CARLOS FELIZOLA SOARES FILHO**  
Secretário(a) de Estado Geral de Governo

**GEORGE DA TRINDADE GOIS**  
Secretário de Estado da Administração

**JOSE ROBERTO DE LIMA ANDRADE**  
Diretor(a) Presidente



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**  
**CONSELHO DELIBERATIVO DO SERGIPEPREVIDÊNCIA**

Página:4 de 5

WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES  
Representante do Governo do Estado

CONCEIÇÃO VIEIRA  
Representante do Governo do Estado

ANA MARIA DORIA SOUZA  
Representante do Governo do Estado

Adelane Matos Costa  
Conselheiro(a)

Michel Lima dos Santos  
Conselheiro(a)



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**  
**CONSELHO DELIBERATIVO DO SERGIPEPREVIDÊNCIA**

Página:5 de 5

PATRICIA GOIS COSTA DE SANTANA  
Secretário(a)